

LULA DERROTADO

O Senado Federal fez história. Pela primeira vez desde 1894, no governo Floriano Peixoto, os senadores rejeitaram uma indicação presidencial para o Supremo Tribunal Federal. Jorge Messias, advogado-geral da União e homem de absoluta confiança de Lula, não conseguiu os 41 votos necessários para sua aprovação.

Esta não é uma derrota qualquer para Luiz Inácio Lula da Silva. É a maior de seu terceiro mandato. Maior que qualquer crise econômica, maior que resistências pontuais no Congresso, maior que desgaste de imagem.

Para o PT, o STF deixou de ser apenas um tribunal e se tornou o principal pilar de sustentação de seu projeto político. Ao insistir em nomes de sua extrema confiança, o partido tratou a Corte como instrumento de poder, capaz de validar sua agenda e proteger seus aliados. A indicação de Jorge Messias seria o passo final para consolidar uma maioria alinhada ao Planalto. O Senado, pressionado pela opinião pública e pela oposição, disse não.

Jorge Messias nunca foi um jurista de “notável saber jurídico”, como exige a Constituição Federal. É um quadro político do PT, um fiel escudeiro — o mesmo “Bessias” dos grampos de 2016, que carregava o documento usado na tentativa de salvar Lula da prisão com uma nomeação no governo Dilma Rousseff para garantir o foro privilegiado. Nomeado por Lula para comandar a Advocacia Geral da União, Messias montou uma máquina de censura com notificações extrajudiciais, pressão sobre plataformas e decisões sem contraditório. Transformou a AGU em um “Ministério da Verdade” digital.

Sua nomeação arremataria o ciclo iniciado com Cristiano Zanin e Flávio Dino. Com Messias, Lula chegaria a cinco ministros indicados na atual composição do STF. Tudo indica que o objetivo seria tratar a Corte como uma extensão das prioridades do governo, capaz de conferir selo de legalidade às suas narrativas, proteger o grupo político no poder e criar barreiras contra vozes dissidentes. O Senado, mesmo com toda a articulação do governo, cumpriu seu papel constitucional. Não foi “golpe”, não foi “revanchismo”.

Lula apostou todas as fichas: demorou meses para formalizar a mensagem, tratou a Casa como carimbadora e confiou na velha barganha. Errou. A rejeição expõe seu isolamento crescente — base rachada, oposição fiscalizada pelas redes sociais que cobram permanentemente a união em temas de princípio. Nem as lágrimas na sabatina, nem as citações bíblicas, nem os acenos conservadores convenceram o Senado.

Esta derrota deve doer no ego de quem se vende como mestre da negociação. Lula, que voltou prometendo “união e reconstrução”, viu mais um símbolo de seu projeto ser barrado.

O presidente ainda poderá indicar outro nome, mas não há ambiente político favorável para tal no curto prazo. Insistir seria expor fraqueza e isolamento de forma ainda mais explícita, além de correr o risco de uma nova humilhação. O governo perdeu capital político. A polarização que o PT cultivou por anos virou bumerangue.

O Brasil respira aliviado. Foi uma vitória da República, da ideia de que o Supremo não pode ser loteado como cargo de confiança. Uma vitória contra o ativismo judicial que troca o império da lei pelo império da vontade política. O Senado resgatou um mínimo de dignidade institucional. Lula sofreu uma derrota simbólica, histórica, dolorosa e merecida.

- **Derrota histórica:** Rejeição inédita de indicado ao STF marca ruptura institucional rara e fragiliza o governo.
- **Disputa pelo STF:** Tentativa de consolidar influência política na Corte enfrenta resistência do Senado.
- **Isolamento político:** Base fragmentada, pressão pública e articulação insuficiente expõem perda de capital político.

